

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA  
CURSO DE ENGENHARIA AGRÔNOMICA BACHARELADO

VALDINÉIA SANTOS DA CONCEIÇÃO

**CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA MARIA DE  
GUAXENDUBA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LÓGICA PRODUTIVA**

SÃO LUÍS  
2021

VALDINÉIA SANTOS DA CONCEIÇÃO

**CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA MARIA DE  
GUAXENDUBA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LÓGICA PRODUTIVA**

Monografia apresentada ao Curso de Agronomia Bacharelado do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Engenheira Agrônoma.

Orientador: Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos

SÃO LUÍS

2021

Conceição, Valdinéia Santos da.

Caracterização da comunidade quilombola de Santa Maria de Guaxenduba: uma análise a partir da lógica produtiva / Valdinéia Santos da Conceição. – São Luís, 2022.

33 f

Monografia (Graduação) – Curso de Agronomia, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos.

1.Comunidade quilombola. 2.Agricultores familiares. 3.Extrativismo.  
I.Título.

CDU: 631/636:316.35

VALDINÉIA SANTOS DA CONCEIÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA MARIA DE  
GUAXENDUBA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LÓGICA PRODUTIVA

Monografia apresentada ao Curso de  
Agronomia Bacharelado do Centro de  
Ciências Agrárias da Universidade  
Estadual do Maranhão, como requisito  
para obtenção do título de Engenheira  
Agrônoma.

Aprovada em: 21/01/2022

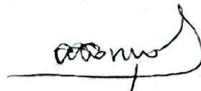
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos – Orientador  
Departamento de Patologia/CCA/UEMA



Profa. Dra. Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati – 1º membro  
Departamento de Economia Rural/CCA/UEMA



Prof. Me. Ricardo Costa Gonçalves – 2º membro  
Professor da Rede Pública do Estado do Maranhão

Índice

1. Introdução

2. Capítulo 1: O surgimento da vida

3. Capítulo 2: A evolução dos seres vivos

4. Capítulo 3: A origem da vida

5. Capítulo 4: A evolução humana

6. Capítulo 5: A evolução dos primatas

7. Capítulo 6: A evolução dos mamíferos

8. Capítulo 7: A evolução dos répteis

9. Capítulo 8: A evolução dos anfíbios

10. Capítulo 9: A evolução dos peixes

11. Capítulo 10: A evolução dos invertebrados

12. Capítulo 11: A evolução dos artrópodos

13. Capítulo 12: A evolução dos moluscos

14. Capítulo 13: A evolução dos cnidários

15. Capítulo 14: A evolução dos poríferos

16. Capítulo 15: A evolução dos vegetais

17. Capítulo 16: A evolução dos fungos

18. Capítulo 17: A evolução dos animais

19. Capítulo 18: A evolução dos seres vivos

20. Capítulo 19: A evolução dos seres vivos

21. Capítulo 20: A evolução dos seres vivos

Dedico aos meus filhos, Taylor Daniel e Erick  
Gabriel e ao meu esposo Júnior.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que me concedeu saúde e força para concluir todo esse trabalho.

Agradeço ao meu pai, que sempre me incentivou a estudar e ser uma pessoa digna e honesta.

Ao meu orientador Prof. Itaan de Jesus e as técnicas do Labex Sanara Melo, Késia Silva e Elidy França que me apoiaram no momento mais difícil.

Agradeço ao meu esposo Júnior, que sempre me encorajou quando eu pensava em desistir.

A minha amiga Francilene Silva que foi uma parceira e amiga nota 10 na Universidade e fora dela.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva da minha vida.

*“Em tudo dai graças, porque está é à vontade  
de Deus em Cristo Jesus para convosco.”*

**(1 Tessalonicenses 5:18)**

## RESUMO

Nesta monografia, objetiva-se caracterizar a comunidade quilombola denominada como Santa Maria de Quaxenduba em Icatu-Ma, a partir da produção agropecuária e extrativista. Através de dados obtidos com questionários semiestruturados e pesquisas bibliográficas em livros, sites e artigos científicos. A pesquisa foi executada dentro das ações do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento (LABEX) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Sua localização no litoral coloca a comunidade dentro da Reserva Extrativista Baía do Tubarão e da APA Upaon Açú, que torna a comunidade local pescadora, mas independentemente da pesca artesanal os moradores são agricultores familiares o que torna essa umas das atividades mais tradicionais como referencia a "roça no toco" oriunda de uma ancestralidade a qual denomina-se quilombola. A comunidade devida as questões sociais e culturais têm um marco de lutas pelos seus direitos, onde se observa que ela pode se alavancar com incentivos dos governos para o crescimento da agricultura, a pesca artesanal e o extrativismo ambos para a geração de mais emprego e uma renda extra.

**Palavras-chave:** Comunidade quilombola, Agricultores familiares e Extrativismo.

## ABSTRACT

In this monograph, the objective is to characterize the quilombola community called Santa Maria de Quaxenduba in Icatu-Ma, based on agricultural and extractive production. Through data obtained with semi-structured questionnaires and bibliographic research in books, websites and scientific articles. The research was carried out within the actions of the Extension and Development Center (LABEX) of the State University of Maranhão (UEMA). Its location on the coast places the community within the Baía do Tubarão Extractive Reserve and the Upaon Açú APA, which makes the local community fishermen, but regardless of artisanal fishing, the residents are family farmers, which makes this one of the most traditional activities as a reference to "roça no toco" coming from an ancestry which is called quilombola. The community, due to social and cultural issues, has a framework of struggles for its rights, where it is observed that it can leverage itself with government incentives for the growth of agriculture, artisanal fishing and extractivism, both for the generation of more jobs and an extra income.

**Keywords:** Quilombola community, family Farmers and extractivism.

## LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
INTERMA	Instituto de Terras do Maranhão
LABEX	Núcleo de Extensão e Desenvolvimento
RESEX	Reserva Extrativista
UC	Unidade de Conservação
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
TBC	Turismo de Base Comunitária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
NUGEO	Núcleo Geoambiental
IDMS	Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável
CNM	Confederação Nacional de Municípios

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização do município de Icatu – MA .....	17
Figura 2- Território Lençóis Maranhenses/Munin.....	21
Figura 3- Localização da Resex Baía do Tubarão .....	24
Figura 4- Localização da APA Upaon Açú-Miritiba-Alto Preguiças .....	25
Figura 5- Moradora mostrando seus cultivos no quintal .....	28
Figura 6- Quintal produtivo de uma moradia com vista para a praia de Santa Maria.....	28

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Objetivo geral .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>14</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
<b>3.1 Comunidades quilombolas no Brasil e no Maranhão.....</b>	<b>15</b>
<b>3.2 Questão Geográfica do Município de Icatu.....</b>	<b>17</b>
<b>3.3 Questão Histórica da Comunidade.....</b>	<b>19</b>
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>21</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>5.1 SANTA MARIA DE GUAXENDUBA: Comunidade de Referencia Quilombola .....</b>	<b>23</b>
<b>5.2 A AGROPECUÁRIA, O EXTRATIVISMO E A IDENTIDADE CULTURAL DE SANTA MARIA DE GUAXENDUBA .....</b>	<b>29</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>Referencias .....</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Icatu é um município localizado as margens do rio Munim que já foi palco de históricos acontecimentos desde sua origem que se deu pela grande Batalha de Guaxenduba entre portugueses e franceses. Icatu designação de origem tupi, que significa "águas boas" com a junção dos termos "y" (água, rio) e katu (bom), faz limites com as cidades de Morros e Axixá, localizada próxima a Baía de São José de Ribamar. Depois da batalha que sucedeu com a vitória dos portugueses e, em seguida, com a expulsão dos franceses, começou então o seu processo de ocupação que inicialmente se deu por via marítima partindo da Ilha de São Luís, na região já existiam os índios que praticamente foram expulsados para as áreas do interior pelos homens brancos que ali chegaram (portugueses). Atualmente parte da população se concentra no litoral advinda de pescadores e as atividades econômicas da região são a atividade pesqueira e a agricultura familiar de subsistência.

O presente trabalho enfoca a questão da produção a partir da identidade de uma comunidade rural quilombola, onde as atividades podem reforçar ou manter a identidade do que é ser negro dentro da própria comunidade, sendo a principal questão que a pesquisa irá responder.

Nas comunidades quilombolas observa-se como característica comum um tipo de ruralidade baseado em uma ancestralidade que junta as características africanas originais adaptadas às condições regionais brasileiras, advindas do clima e do ecossistema de cada região e das relações entre as populações locais, o respeito aos seus antepassados, suas tradições e cultura, são passados de geração para geração.

Segundo Gomes (2015) o surgimento das comunidades quilombolas se deu através de um longo processo de escravidão onde os próprios fugitivos produziam histórias de território, ocupação agrária e seu desenvolvimento é bastante complexo. Ser negro dentro da comunidade quilombola significa resistência por causa do passado que os escravos tinham enquanto durava a escravidão, o quilombo possibilitou aos africanos e afrodescendentes escravizados passarem da condição de escravos para a condição de camponeses livres (ALMEIDA, 2008).

Nessas comunidades o acesso à educação básica ainda é precário, mas deve constar o aspecto cultural do povo quilombola para manter as características do

espaço geográfico preservando a valorização e a conservação das identidades e os valores culturais das comunidades.

Segundo BRANCO (2021), nas comunidades quilombolas existentes em Icatu há a presença de corpos hídricos, no que é possível notar o fácil acesso a fontes e rios próximos com água com utilização para alguns fins, com isso, possibilita o abastecimento doméstico, o lazer e serve para matar a sede dos animais. Nas práticas agrícolas, com exceção dos pequenos canteiros e as pequenas hortas nos quintais, não são utilizadas as técnicas de irrigação.

No quesito saúde as comunidades também sofrem uma deficiência quanto a assistência médica por morarem muitas das vezes em comunidades distantes da sede e pela falta de transporte, esses serviços básicos que são direitos de qualquer cidadão e (isso inclui também os quilombolas) aproxima as comunidades das políticas públicas governamentais.

O município não conta com um sistema de saneamento básico adequado para a população, onde todo o lixo do município é descartado em um terreno baldio que fica as margens da estrada que vai para a zona rural do município, todos os dias às 16:00 horas da tarde, segundo os moradores que moram em um povoado localizado por trás do lixão, eles ateiam fogo nos resíduos que são descartados ali durante todo o dia, causando desconforto e problemas respiratórios para as pessoas desse povoado por conta da fumaça inalada por adultos, crianças e idosos.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 Objetivo geral

Caracterizar a comunidade quilombola de Santa Maria de Guaxenduba a partir da lógica produtiva e cultural.

### 2.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar a produção agropecuária e extrativista da comunidade;
- b) Identificar se houve mudanças culturais entre as gerações de moradores;
- c) Relacionar os sistemas de produção e o método de execução das atividades com as características étnicas baseadas no modelo de desenvolvimento das atividades

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 Comunidades quilombolas no Brasil e no Maranhão

Existem comunidades quilombolas em pelo menos 24 estados do Brasil: Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. As comunidades remanescentes de quilombo ou os quilombos contemporâneos são grupos sociais cuja identidade étnica até hoje os distingue do restante da sociedade.

A identidade étnica de um grupo é a base para sua forma de organização, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política. A maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de uma confluência de fatores, escolhidos por eles mesmos: de uma ancestralidade comum, formas de organização política e social e elementos linguísticos e religiosos.

Local isolado, formado por escravos negros fugidos, esta talvez seja a primeira ideia que vem à mente quando se pensa em quilombo. Essa noção remete-nos a um passado remoto de nossa história, ligado exclusivamente ao período no qual houve escravidão no País. Porém, os quilombos não pertencem somente a nosso passado escravista, tampouco se configuram como comunidades isoladas, no tempo e no espaço, sem qualquer participação em nossa estrutura social. Ao contrário, são quase 4 mil comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro mantêm-se vivas e atuantes, lutando pelo direito de propriedade de suas terras consagrado pela Constituição Federal desde 1988.

As comunidades quilombolas representam o que há de mais fundamental em relação a identidade político-cultural de uma população, pois é o espaço geográfico representado pelo espaço natural e por todas as relações sociais que se dão internamente, fundamentalmente considerando como base a própria terra tanto no sentido material como no sentido simbólico. Nesse sentido a terra é a própria identidade da população que vive nela a propriedade, portanto, representa muito mais do que a titularidade, mas a certeza de que a territorialidade está assegurada. A Constituição de 1988 em seu Art. 68, nos atos das disposições transitórias estabelece

que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos" (planalto.gov.br).

Mesmo com a definição na Constituição brasileira de 1988, a garantia da terra ainda depende de uma luta acirrada empreendida pelos movimentos sociais. A quantidade de comunidades rurais quilombolas reconhecidos ainda é distante do número de comunidades existentes, assim mesmo, o Governo Federal criou o Programa Brasil Quilombola, em 2004, e dentro do programa uma Agenda Social Quilombola. Nessa agenda o terceiro eixo está relacionado à inclusão produtiva e desenvolvimento local onde se lê: "apoio ao desenvolvimento local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades".

O Estado do Maranhão apresenta 816 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo assim o estado com maior número de quilombos certificados no Brasil, no total de 36 municípios com áreas quilombolas titulados.

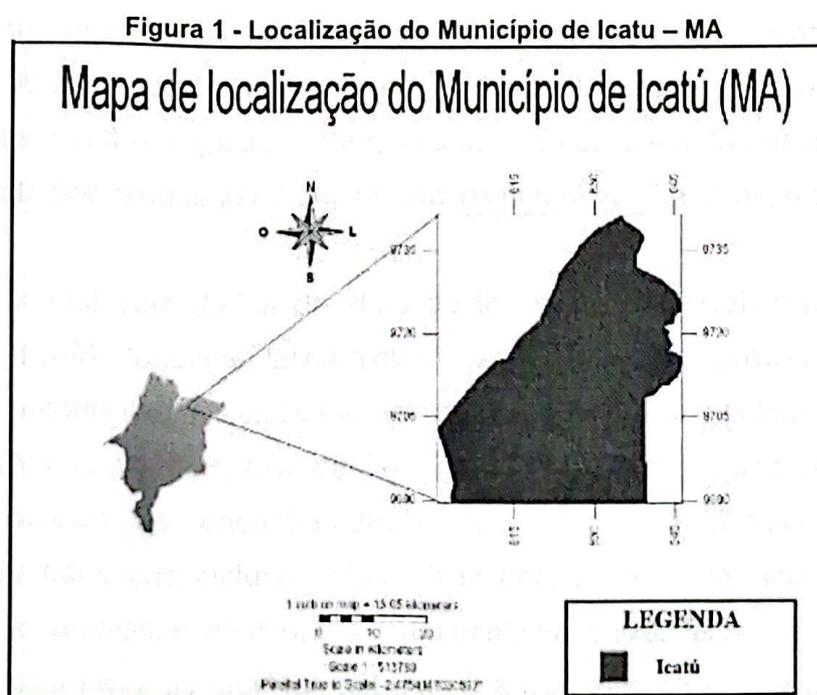
No Maranhão, a experiência quilombola existia desde o século XVIII, na segunda metade do século XIX, o fim do tráfico internacional de escravos, a crise gerada pela Guerra do Paraguai e o movimento abolicionista criaram um contexto favorável às lutas dos escravos. O processo de constituição de quilombos fazia-se a partir da fuga de escravos para as matas, de onde saíam em pequenos grupos, pela Baixada e o litoral da província (VIVEIROS, 1994).

O reconhecimento das comunidades quilombolas ocorre por meio da livre autodefinição da própria comunidade, o Governo do Estado do Maranhão defende este princípio consagrado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho que é expressamente citada como fundamentação legal de todo este processo (Art. 2º da IN 1/2020). Somente em 1988, 100 anos após a abolição da escravidão, a constituição brasileira reconheceu, pela primeira vez, a existência e os direitos dos quilombos contemporâneos. A constituição de 1988 assegurou às comunidades descendentes de quilombos o direito à propriedade de seus territórios coletivos, no entanto, a efetivação do direito dos quilombolas às suas terras representa até os dias atuais um enorme desafio. A primeira titulação ocorreu sete

anos após o reconhecimento pela Constituição Federal, foi em novembro de 1995, quando o quilombo Boa Vista se tornou proprietário de seu território. Para dinamizar as ações que permitam pôr em prática o artigo 68 da Constituição Federal, o governo do Maranhão cria, através da Secretaria de Estado da Igualdade Racial (SEIR), que possui entre seus eixos norteadores o “acesso à terra” e a “inclusão produtiva e desenvolvimento local” seguindo as ideias centrais do Programa Brasil Quilombola. Nesse sentido busca potencializar os resultados relacionados ao reconhecimento e regularização das comunidades quilombolas e do apoio às atividades agropecuárias e as demais atividades praticadas pelas famílias moradoras dos quilombos.

### 3.2 Questão Geográfica do Município de Icatu

O município de Icatu localizado na Região do Munin, com cerca de 110 km da cidade de São Luís, tem limites com as cidades de Morros, Axixá, Humberto de Campos e a baía de São José de Ribamar que o separa da Ilha do Maranhão. Em 3 de Dezembro de 2013, Icatu foi inserida na Região Metropolitana da Grande São Luís (Figura 1).



Fonte: IBGE (2019).

A cidade de Icatu conta com uma população estimada de 27.423 de habitantes, com uma densidade demográfica de 17.36 hab./km<sup>2</sup>, cerca de 68,94% de acordo com o IBGE, vivem na zona rural, onde está a maioria dos remanescentes de escravizados.

Segundo ALMEIDA (2006), os quilombos se formaram em Icatu a partir das fugas das plantações, das rebeliões, do processo de abandono dos escravos e dos processos de produções devido a proibição da utilização de mão-de-obra escrava e do declínio econômico do Maranhão, provocando no município o abandono das fazendas pelos senhores e os escravizados foram aquilombar a casa grande.

De acordo com o IBGE o município de Icatu pertence ao Sistema Costeiro-Marinho, do Bioma Amazônia Cerrado, localizado na Mesorregião Norte Maranhense, na qual faz parte do Território Lençóis Maranhenses/Munin.

Banhado pela bacia do rio Munin que possui uma área aproximada de 15.918,04 km<sup>2</sup> correspondendo a uma extensão de 4,79% da área do estado, onde desagua na baía de São José entre Axixá e Icatu percorrendo 320 km (NUGEO, 2009), o Território Lençóis Maranhense/Munin possui 12 municípios localizados na região nordeste do território.

Desde o seu povoamento no século XVIII, o município de Icatu foi afetado por acontecimentos como: a Adesão do Maranhão à independência do Brasil em 1823, a Balaiada, a Abolição da Escravatura em 1888 e a Batalha de Guaxenduba, todos esses acontecimentos impactaram diretamente na economia do município que era rica, passando por saques feitos por revoltosos durante as batalhas, mortes e surtos virais.

De acordo com dados de 2020 do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), fundamental para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território das dimensões social, cultural, ambiental, econômica e político-institucional, Icatu apresenta no geral um valor de 0,414, sendo considerado baixo de acordo com a escala, a economia se encontra baixa também com 0,338, já o sociocultural que inclui a saúde, habitação, cultura e educação se encontra em uma escala médio baixo com 0,600, o ambiental com 0,223 extremamente baixo, já no quesito político-institucional que inclui as finanças públicas e a gestão pública está com 0,494 na escala de médio baixo.

A Secretaria de Igualdade Racial (SEIR) que coordena o Programa Maranhão Quilombola instituído pelo decreto nº 30.981 de julho de 2015, pela gestão do então Governador Flávio Dino, com o objetivo de atender as comunidades quilombolas do estado com os eixos de acesso à terra, desenvolvimento local, infraestrutura, saúde e educação, inclusão produtiva (MARANHÃO, 2015), em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), traça diversas estratégias e conjuntos de ações dentro do programa, como por exemplo, o Selo de Origem Quilombos do Maranhão que é uma das estratégias do Programa que visa identificar produtos agrícolas e não agrícolas produzidos em comunidades rurais quilombolas de 9 municípios no ano de 2021, incluindo Icatu.

### 3.3 Questão Histórica da Comunidade

A questão histórica da comunidade se deu em 19 de novembro de 1614 segundo o IBGE, ano que ocorreu a Batalha de Quaxenduba entre forças portuguesas e francesas. Em 1688 fundou-se a Vila de Icatu que inicialmente foi chamada por Jerônimo d'Albuquerque Maranhão, de Arrayal de Santa Maria de Guaxenduba e, posteriormente, Santa Maria de Guaxenduba. Ficou bastante conhecida pela batalha milagrosa, pois os portugueses estavam em número menor que os franceses, no qual fala que ocorreu a aparição da Virgem Maria na qual transformou a areia da praia em pólvora ajudando os portugueses a vencer a batalha.

No livro "História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará, do ano de 1759, José de Moraes que é um padre, descreve no seu livro a aparição de Nossa Senhora da Vitória entre os batalhões portugueses, na qual animava os soldados na batalha transformando areia em pólvora. Em São Luís, a Santa é considerada a Padroeira da cidade e a Catedral da Sé recebe seu nome e, em retribuição ao milagre que concedeu a vitória, os portugueses quiseram retribuir o tal feito conforme pode-se comprovar na citação a seguir:

Os portugueses, em ação de graça, pela ajuda divina ergueram uma igreja dedicada a N. Sra. da Vitória. Para a igreja ali edificada, mandaram buscar em Portugal uma imagem de N. Sra. da Vitória, a qual fizeram de padroeira do Arraial de Santa Maria de Guaxenduba. Em 1688, a Vila mudou-se para as margens do Rio Munin, com o nome de Santa Maria de Icatu,

devido a dificuldades econômicas pelas quais passavam seus habitantes. (SILVA, 2015, p. 19)

O escritor e Icatuense José de Almeida, na sua obra "Icatu: terra de Guaxenduba (2016)", ele retrata toda a história desse lugar, desde os povos que ali já existiam antes da chegada dos franceses e portugueses. A cidade de Icatu prosperava pelo extrativismo e agricultura que era praticado na região, pela mão de obra negra de escravizados na qual levou ao grande crescimento econômico com a produção de cana de açúcar e mandioca.

Em Icatu, os primeiros negros escravizados chegaram em 1702, levados pela coroa para auxiliar os colonos luso-açorianos (também recém-chegados a esse lugar) nos trabalhos das plantações e engenhos (ALMEIDA, 2016 apud BRANCO, 2021. p. 30).

Como falado anteriormente que a economia do município crescia com a agricultura e o extrativismo, na agricultura, da cana era produzidos o açúcar, a tiquira e a cachaça, já do extrativismo era o óleo de andiroba, a madeira e o extrativismo do babaçu que é extraído o azeite muito usado na culinária e o óleo que se faz sabonete e até sabão.

A economia da comunidade se dá através da pesca e agricultura com a famosa "roça no toco". Por se uma comunidade litorânea de frente para a Baía de São José a comercialização dos pescados e os produtos oriundos da agricultura de subsistência se tornam mais fáceis devido as vias de acesso para a comunidade, seja por terra ou marítima em pequenas e médias embarcações

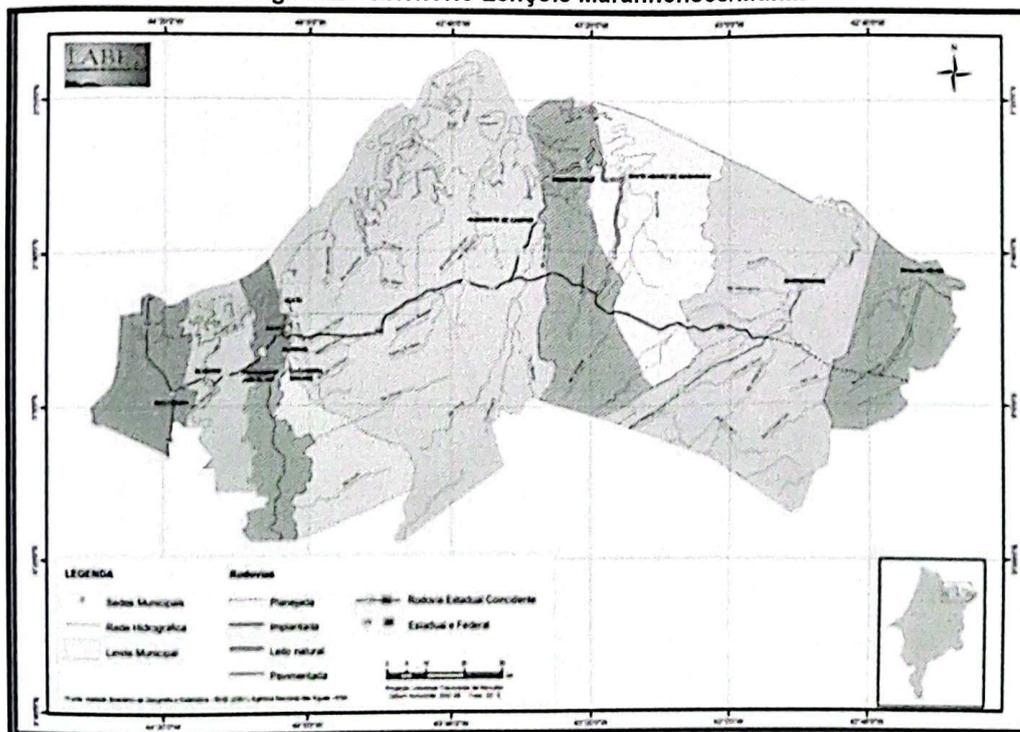
É intenso o fluxo de embarcações com pescados e mariscos sendo distribuídos no município de São José de Ribamar, Rosário e outros municípios vizinhos. Além de pescados, também se tem a farinha d'água como é muito conhecida, os outros pequenos produtos como as hortaliças e folhosas são consumidas pelas próprias famílias e algumas vezes comercializadas ou doadas entre os moradores da comunidade. Atenta-se que também a própria comunidade consome os pescados e mariscos pegos pelos pescadores pois na comunidade não há porto para a distribuição dos mesmos.

#### 4 METODOLOGIA

O referencial para a pesquisa é a comunidade quilombola Santa Maria de Guaxenduba que fica no município de Icatu, a comunidade possui atualmente uma certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares obtida em 5, de março de 2008, em que a comunidade se autodeclara quilombola, no município existem 32 comunidades quilombolas na quais as suas formações ocorreram no período colonial.

O município de Icatu faz parte do Território Lençóis Maranhenses/Munin que foi criado a partir da proposta da política territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O território possui 12 municípios: Axixá, Bacabeira, Barreirinhas, Cachoeira Grande, Humberto de Campos, Icatu, Morros, Paulino Neves, Presidente Juscelino, Primeira Cruz, Rosário e Santo Amaro do Maranhão (Figura 2). Seus municípios são caracterizados como rurais, classificados como de baixo nível econômico e desenvolvimento humano, seu IDHM de acordo com o último censo de 2010, está em 0,546 no que diz respeito a pouca atuação do setor privado, em relação a infraestrutura, geração de emprego e renda e no incentivo as atividades desenvolvidas pelos próprios moradores.

Figura 2 - Território Lençóis Maranhenses/Munin



Fonte: LABEX (2011).

Se fez uso de dados primários e secundários, os dados primários foram obtidos através de conversas informais com moradores que são considerados antigos na comunidade, visitas às famílias e a aplicação de questionários semiestruturados com perguntas abertas e fechadas sobre os dados familiares, as atividades desenvolvidas e o processo de comercialização dos produtos. Os dados secundários foram obtidos a partir de pesquisas bibliográficas (livros e artigos científicos) e de pesquisas documentais em arquivos públicos e fontes estatísticas (documentos oficiais, relatórios, tabelas estatísticas etc.).

As atividades foram executadas dentro das ações do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento (LABEX), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que desenvolve atividades de pesquisa, extensão e desenvolvimento no território Lençóis Maranhenses/Munin.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 SANTA MARIA DE GUAXENDUBA: COMUNIDADE DE REFERÊNCIA QUILOMBOLA

A pesquisa foi feita na comunidade Santa Maria de Quaxenduba, no município de Icatu que fica a 112 km de São Luís, a Comunidade faz parte da zona rural do município de Icatu, estando localizado a uma distância aproximada de 30 km da sede do município. A sua localização se dá no litoral do município onde é banhado pelo oceano Atlântico, na área da baía de São José, essa condição aproxima a comunidade da Ilha de São Luís, na parte sul onde se localiza o município de São José de Ribamar.

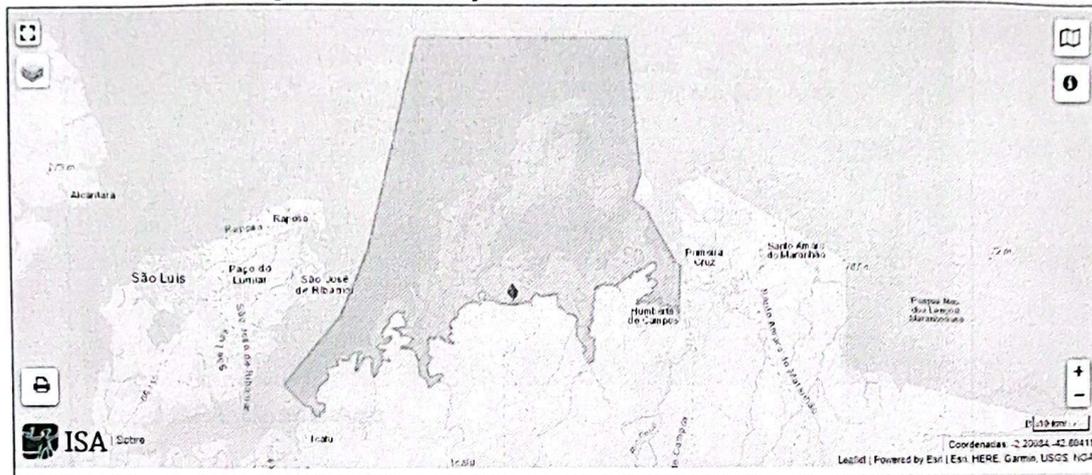
A proximidade da Ilha de São Luís pelo mar e a estrada de terra que liga a comunidade à sede, que torna a viagem à capital demorada e cansativa, faz com que se mantenha uma regular linha de barcos entre a comunidade e o município de São José de Ribamar. Essa possibilidade de transporte permite às famílias locais acesso a compra de insumos para a execução das atividades produtivas e de produtos de primeira necessidade.

Sua localização no litoral, ao lado da Ilha de São Luís, coloca a comunidade dentro da Reserva Extrativista Baía de Tubarão localizada no município de Humberto de Campos e Icatu (Figura 3). Essa unidade de conservação foi criada em 2018 pelo Decreto Federal nº 9.340 de 05/04/2018 com objetivo de proteger os recursos naturais necessários para a subsistência da população tradicional extrativista da região, conservar os bens e os serviços ambientais costeiros prestados pelos manguezais e na contribuição para a recuperação dos recursos biológicos para a sustentabilidade das atividades pesqueiras e extrativistas de subsistência de pequena escala e para o fomento ao ecoturismo de base comunitária, a mesma é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que adota as medidas necessárias para o controle e proteção da mesma (BRASIL, 2018).

O ICMBIO vinculado ao Ministério do Meio Ambiente criado pela Lei 11. 516 de 28/08/2007, tem a função de coibir as práticas ilegais dentro e em torno da Resex, tanto pelo mar para impedir a pesca predatória, como por terra para a fiscalização da caça e o desmatamento ilegal quanto queimadas que por vez podem afetar a preservação da biodiversidade e as atividades tradicionais produtivas dentro da

própria reserva. É dever do instituto executar ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, além de implantar, proteger, gerir, fiscalizar, monitorar UCs instituídas pela União, podendo ainda executar programas de pesquisas, conservação e preservação da biodiversidade, e ainda exercer o poder para a proteção de Unidades de Conservação federais.

**Figura 3 - Localização da Resex da Baía do Tubarão.**



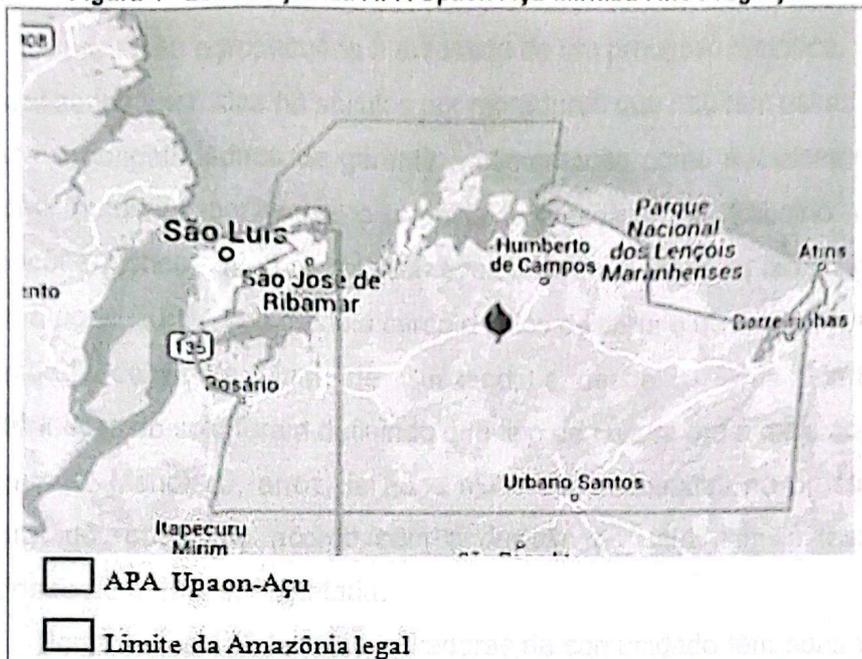
Fonte: ICMBIO (2021).

A vantagem da criação de uma reserva como essa é a possibilidade de garantir a proteção das inúmeras espécies de peixes, crustáceos e mariscos da fauna marinha que se reproduzem no estuário e nos manguezais de Santa Maria e comunidades vizinhas e que servem de alimento para as famílias locais. Não há porto em Santa Maria, portanto a pesca praticada tem como único objetivo a alimentação familiar, o que torna as famílias locais “guardiãs” ambientais. Desse modo, a unidade de conservação tornou-se importante aliada dos moradores, pois oficializa uma ação histórica desenvolvida por essa comunidade.

A Reserva Extrativista da Baía do Tubarão se encontra dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental do Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças que é uma unidade de conservação estadual criada pelo Decreto nº 12.428 de 5 de junho de 1992 (MARANHÃO, 1992) (Figura 4). Possui aproximadamente 1.535 hectares e tem o objetivo de disciplinar o uso e a ocupação do solo, a exploração dos recursos naturais, as atividades de caça e pesca, a proteção à fauna e à flora, a manutenção das biocenoses daqueles ecossistemas e o padrão de qualidade das águas. Como as

duas unidades de conservação alcançam a comunidade de Santa Maria, o espaço territorial está garantido, oficialmente, no que diz respeito à sua preservação.

Figura 4 - Localização da APA Upaon Açú-Miritiba-Alto Preguiças



Fonte: ICMBIO

A localização da comunidade, de frente para o mar, naturalmente, tornou a população local pescadora, todos os moradores conhecem a arte da pesca desde a tenra idade, independente do sexo. A atividade é baseada na pesca artesanal, feita no mar, em pequenos barcos com redes feitas por alguns moradores que tem prática e experiência na construção desses artefatos. Além dos peixes, algumas famílias pescam camarão, também com redes, além de catar sururu. O sururu (*Mytella guyanensis*) é um molusco bivalve, protegido por duas conchas lisas e com coloração variada, muito apreciado na culinária das comunidades rurais litorâneas.

Mas, independentemente da pesca artesanal, os moradores de Santa Maria de Guaxenduba são agricultores familiares, mais tradicional do que a pesca, a agricultura desenvolvida pelos moradores locais segue um padrão comum entre todas as comunidades rurais do Maranhão. Historicamente, a agricultura tem como referência a “roça no toco”, clássica forma de produzir culturas alimentares com objetivo de garantir alimentação das famílias produtoras.

Como grande parte das comunidades litorâneas o roçado, além de ser um espaço produtivo, é também um espaço cultural onde a atividade produtiva é discutida

em todas as suas etapas, desde o planejamento do plantio e todas as etapas posteriores do ciclo produtivo das plantas até a colheita, o uso na alimentação familiar e, também, a comercialização quando há necessidade de recursos financeiros na família.

A produção agropecuária é resultado de um processo histórico, característico das ruralidades exercidas há séculos por moradores que habitam esses espaços. De um lado a obrigatoriedade de garantir a alimentação como necessidade básica da condição humana, por outro o empirismo baseado no trabalho manual sem concepções teóricas que promovesse evoluções para além de tecnologias simples. Assim, a agricultura e seu modelo característico de corte e queima, foi implantado na comunidade de Santa Maria de Guaxenduba desde os seus primórdios, e as características do solo foram definindo que tipo de cultura era a mais adequada para a produção. Mandioca, arroz, feijão e milho são revegadas no processo espaço-temporal do roçado de acordo com a decisão de cada família, assim como a quantidade de área a ser plantada.

Portanto, as 110 famílias moradoras da comunidade têm suas vidas ligadas às atividades rurais, mesmo que nem todas mantenham-se dependentes da agricultura tradicional ou à pesca artesanal. Mesmo porque algumas famílias tenham seus membros ligados ao setor de serviços, especialmente aos serviços públicos e, mais recentemente, a outros setores como o turismo.

O turismo está fundamentalmente ligado a três características muito importantes e estratégicas dessa comunidade. A primeira relacionada à história, pois ali ocorreu, em 1614, a Batalha de Guaxenduba onde os portugueses venceram os franceses e retomaram o poder sobre a Ilha de São Luís fundada dois anos antes em homenagem ao rei de França; a segunda relacionada às belezas naturais características de uma comunidade litorânea e; a terceira pela condição de ser uma comunidade quilombola.

A comunidade possui todas as características de uma comunidade tradicional quilombola, onde se tem várias atividades produtivas como a pesca, a agricultura, com seus costumes e tradições, com famílias composta de 2 a 6 pessoas onde as famílias que produzem são associadas a Associação local da comunidade e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais que fica na sede de Icatu.

Na visita feita a comunidade foi possível observar as características distintas que auto define a comunidade quilombola pela relação com a agricultura de subsistência onde na maioria das casas tem um pequeno canteiro com cebolinhas e cheiro- verde para consumo próprio do dia a dia, a roça proveniente feita pelos moradores que tem em torno de 2 a 3 linhas que equivale de 0,6 a 0,9 hectares de terra, e os produtos cultivados variam entre: mandioca, milho, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, pimenta malagueta, pimenta de cheiro, cará, vinagreira e batata doce. A mandioca serve para fazer farinha que é tanto para consumo próprio familiar como a venda na própria comunidade, no município de São José de Ribamar e nos municípios vizinhos.

A mão de obra, muitas das vezes, é familiar e poucas vezes precisa-se pagar para obter-se o serviço, as ferramentas mais utilizadas no preparo da terra e na manutenção são a enxada, a foice e o chacho. A casa de farinha se vê muito nos fundos dos quintais e é compartilhada por um grupo de moradores da comunidade e outras, por um grupo restrito, apenas para os familiares. A farinha comercializada custa em torno de 6 reais o quilo, é vendida em paneiro que contém 30kg ou saca que custa em torno de R\$ 130,00 a R\$ 180,00 reais e, por se tratar de uma comunidade à beira da praia, o escoamento é feito por embarcações até o município de São José de Ribamar. A pesca artesanal é para subsistência e para comercialização nos municípios vizinhos.

A comunidade é calma onde as atratividades são especialmente nos fins de semana ou em datas comemorativas como o aniversário do município de Icatu e o dia da consciência negra.

Por se tratar de uma comunidade rural quilombola logo observou-se que quase todas as famílias possuíam pequenas criações de animais que serviam para a subsistência e até a comercialização, e tiram da pesca artesanal sua principal fonte de renda, uma característica da agricultura familiar que é caracterizada por quintais produtivos sendo eles compostos por pequenas criações de aves, suínos, bovinos, com açudes e pequenas hortas e frutíferas, geralmente, com produtos consumidos no dia-a-dia como: alface, rúcula, couve folha, cheiro verde, feijão, quiabo, maxixe, milho, pimenta, melancia, mandioca, entre outros produtos que englobam a atividade e dá a ela o papel de uma das atividades que mais tem importância economicamente viável com retorno financeiro rápido (Figura 5 e Figura 6).

## 1.2 A AGRICULTURA DE EXTENSÃO E A IDENTIDADE DO VILAR DE SANTA MARIA DE GUAXENDUBA

**Figura 5-** Moradora mostrando seus cultivos no quintal



Fonte: CONCEIÇÃO (2021)

**Figura 6 -** Quintal produtivo de uma moradia com vista para a praia de Santa Maria.



Fonte: CONCEIÇÃO (2021)

A comunidade conta com um Projeto de Extensão de Turismo de Base Comunitária, intitulada como Rota de Guaxenduba desenvolvido pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento (LABEX)/CCA/UEMA, cujo objetivo é a geração de renda, desenvolvimento da cultura local e o fortalecimento das atividades produtivas dentro da própria comunidade.

## 5.2 A AGROPECUÁRIA, O EXTRATIVISMO E A IDENTIDADE CULTURAL DE SANTA MARIA DE GUAXENDUBA

Na comunidade a atividade mais significativa é a pesca, principalmente do camarão, a extração de mariscos é uma importante fonte de renda para as famílias da comunidade onde a comercialização dos pescados ocorre principalmente no porto de São José de Ribamar que fica localizado na porção continental oposta à comunidade sendo acessado por via marítima, a comunidade também possui forte potencial para atividades turísticas.

A comunidade é reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e pela Fundação Palmares, tem como característica histórica por ser o local onde ocorreu a Batalha de Guaxenduba e também pela beleza de sua praia onde carrega uma grande herança cultural, sendo declarada oficialmente no ano de 2009 como uma comunidade quilombola pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Igualdade Racial.

A identidade cultural da comunidade é marcada pelo turismo e pela agricultura que é muito forte até hoje. As lavouras existentes são para o próprio sustento das famílias e pouquíssimas vezes faz-se a comercialização das mesmas, muito diferente da pesca que é uma forma de aumentar e obter renda, um atrativo na comunidade é o Bumba Meu Boi Brilho de Guaxenduba, o Tambor de Crioula e o Reggae junto com a produção do artesanato e as comidas típicas em épocas de festejos na comunidade.

A agricultura familiar é bem expressa na comunidade apesar do êxodo rural ocorrer devido a alguns jovens não verem perspectiva de vida, pois para eles a agricultura é vista como uma atividade grosseira e pesada que demanda de mão-de-obra, mas devido a ser uma comunidade quilombola, os modos de vida não mudaram e são perceptíveis nas moradias, no dia a dia dos moradores e até na forma de produzir.

No contexto da agricultura familiar e a pesca artesanal onde os moradores da comunidade de Santa Maria tem sua fonte de renda e a garantia de suas alimentações diárias, a comunidade passa a ser beneficiada na questão socioeconômica, onde atualmente as comunidades quilombolas lutam pelos seus direitos na qualidade de vida, na saúde e até na habitação e na geração de renda através da agricultura e da

pesca como em Santa Maria onde se tem uma demanda muito forte desses quesitos incluindo o turismo.

A comunidade tem todas as possibilidades de se alavancar devido as questões sociais e culturais quilombolas que tem um marco de lutas pelos seus direitos e deveres, onde se observa que falta incentivo dos governos para a criação de mais projetos que incentivem o extrativismo, a pesca artesanal e a agricultura itinerante feita pela comunidade para a geração de emprego e uma renda extra.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Santa Maria de Guaxenduba desenvolve seu modelo produtivo tradicionalmente e tem um grande potencial para alavancar ainda mais a pesca artesanal e a agricultura de familiar, resta incentivo das autoridades governantes através de políticas públicas, visto que a comunidade tem, até hoje, todas as características de uma comunidade quilombola desde o seu modo de vida, suas atividades econômicas.

É bastante expressiva e notória que a comunidade não mudou a sua forma de sobrevivência mesmo com os projetos implantados dentro da própria comunidade e o crescente avanço de tecnologias, tanto que foi possível observar que há uma certa resistência aos novos modelos de produção e novas atividades econômicas.

Portanto, é dever das autoridades governamentais gerar uma discussão juntamente com a comunidade, para que a mesma possa ter melhoria na forma de vida e uma maior produção econômica para incrementar a renda e incentivar as atividades ali existentes.

## REFERENCIAS

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Shwarcz S.A, 2015. 240 p. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=o-E1CwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&ots=1VjuhVmhY\\_&sig=v3YyQ9pyTWkYkoBAQKjPqZPaj04#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=o-E1CwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT9&ots=1VjuhVmhY_&sig=v3YyQ9pyTWkYkoBAQKjPqZPaj04#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 17 set. 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “Castanhais do Povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª. ed. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico. Manaus: PGSCA-UFAM. 2008.

BRANCO, Alexandry Serra Castelo. **Na Rota dos Quilombos de Guaxenduba: projetos de desenvolvimento e modos de vida da comunidade Santa Maria, em Icatu, Ma**. 2021. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021. Cap. 5.

BRASIL. **Constituição do Brasil**. 1988. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 jul. 2021

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão- São Luís: Associação Comercial do Maranhão**. Vol. I. 1994. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/3194/2707>>. Acesso em: 01 de jul. de 2021.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA- UFAM, PPGDA – UEA, 2006.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/icatu.html>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MARANHÃO. (jul de 2015). **Decreto nº 30.981 de julho de 2015**. São Luís, Maranhão, Brasil.

SILVA, Anne Caroline Santos da. **AXIXÁ: Dos primórdios à emancipação**. 2015. 58 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/2204/1/Anne%20Caroline%20Santos%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2021.

ALMEIDA, J. de. **Icatu: terra de Guaxenduba**. Imperatriz, MA: Ética, 2016.

BRANCO, Alexandry Serra Castelo. **Na Rota dos Quilombos de Guaxenduba: projetos de desenvolvimento e modos de vida da comunidade Santa Maria, em Icatu, Ma**. 2021. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Centro de

Ciências Sociais Aplicada, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021. Cap. 5.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.340, de 5 de abril de 2018. Cria a reserva Extrativista da Baía do Tubarão. Brasília, v. 66, p.12, 2018.

ICMBIO. Estudo Socioambiental Reserva Extrativista Baía do Tubarão, 2017. Disponível em: [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/consultas\\_publicas/estudo\\_socioambiental\\_resex\\_baia\\_do\\_tubarao.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/consultas_publicas/estudo_socioambiental_resex_baia_do_tubarao.pdf)

ICMBIO. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Criação do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBIO. Disponível em: [https://www.icmbio.gov.br/cma/images/stories/Legislacao/Leis/Lei\\_Criacao\\_Chico\\_Mendes\\_-\\_Cria%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Chico\\_Mendes.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cma/images/stories/Legislacao/Leis/Lei_Criacao_Chico_Mendes_-_Cria%C3%A7%C3%A3o_do_Chico_Mendes.pdf)

MARANHÃO. Decreto Nº 12.428 de 05 de junho de 1992. 1992. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/ato\\_normativo/UC/307\\_20100823\\_154444.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/307_20100823_154444.pdf). Acesso em 1 out. 2021.